



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

Edição Nº03

POLÍTICA OPERÁRIA

ROMPER A PASSIVIDADE NOS SINDICATOS

O dia 29 de maio marcou uma virada na situação política em relação à ação das massas. Surpreendeu as direções políticas ao levar às ruas milhares de pessoas. Os partidos políticos de esquerda, sindicatos, centrais e movimentos populares fizeram seus balanços de êxito, sem contudo explicar a relação dessas amplas manifestações multitudinárias com a política de passividade que impuseram ao movimento social desde o começo da Pandemia. É tarefa da vanguarda com consciência de classe fazer um severo balanço da política conciliadora levada a cabo pela absoluta maioria da esquerda, ao fecharem os sindicatos e passarem a defender a política do “Fique em casa”, mesmo sabendo que a maioria oprimida não teria essa opção, afinal estava obrigada a pegar os transportes lotados e seguir trabalhando, sob o risco de morrer de fome, caso não se arriscasse. O resultado foi catastrófico. Nesse momento, o país se aproxima de meio milhão de mortos, sendo a maioria dos setores mais explorados da sociedade, que se contaminou na busca diária da sobrevivência.

Para que o dia 19J supere o 29M em número, força e orientação política é preciso apontar que no dia 29 as manifestações não contaram com a classe operária organizada. Não foi possível identificar os blocos das centrais sindicais e dos sindicatos operários com as bandeiras e reivindicações próprias da classe. Esse aspecto, ausente nos balanços vitoriosos dos partidos de esquerda, mostra que a massa de milhares e milhares de pessoas ficou submetida a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que possui um claro conteúdo de desgaste do governo para ser capitalizado nas próximas eleições, ou como afirmam alguns partidos, para servir de motor a um impeachment. Faltaram, assim, nas manifestações, as reivindicações mais sentidas pelo proletariado e demais setores oprimidos, a defesa do emprego, dos salários,

os, dos direitos, contra a carestia de vida, contra os despejos, contra a violência policial, pela vacinação universal, priorizando os pobres e miseráveis, etc.

A tarefa agora é a de colocar o programa de emergência próprio de quem sofre com a Pandemia, demissões, fechamento de fábricas, acordos de redução salarial e eliminação de direitos. Esse é o ponto de partida para rechaçar a estratégia burguesa, eleitoral, das manifestações, que se iniciaram no dia 29 de maio. E propagandear a estratégia de poder do proletariado, que é a da luta por um governo operário e camponês, e os métodos da revolução social. As manifestações de massa aumentarão sua força social, tendo a classe operária como coluna vertebral. A luta da vanguarda é para que a manifestação de 19 de junho se amplie, com a intervenção do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário vem insistindo que o enfrentamento ao governo de Bolsonaro não é isolado do enfrentamento à burguesia, aos demais governantes e ao imperialismo. Que no 19J a vanguarda combativa potencialize as reivindicações mais sentidas dos empregados, subempregados e desempregados. Continua vigente a bandeira de romper a passividade, lutando por:

1) empregos a todos, com redução da jornada, sem reduzir os salários, e estabilidade; 2) reajuste dos salários de acordo com a inflação, aumento real e recuperação das perdas; 3) salário mínimo vital, que cubra as reais necessidades da família trabalhadora; 4) direitos trabalhistas, com o fim da terceirização, emprego com carteira assinada a todos, “trabalho igual, salário igual”, e fim da discriminação salarial e empregatícia das mulheres e negros; 5) imediata e ampla vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Direção do SEPE segue contrária aos métodos próprios dos trabalhadores

O período de reação política e de agravamento das condições de existência das massas trabalhadoras se prolongou, sem que a classe operária pudesse contar com os seus sindicatos. Em vez de as direções firmarem as reivindicações dos assalariados, cederam à flexibilização capitalista do trabalho. Engavetaram a defesa dos salários e dos empregos, adotando os acordos de demissão (PDVs), de congelamento ou redução salarial (PLR, lay-off, banco de horas, férias coletivas), e colaboraram para a implantação da terceirização. Na Pandemia, aceitaram a redução salarial

e a suspensão do contrato de trabalho. Colocaram-se sob o teto do miserável auxílio emergencial de R\$ 600,00, e nada fizeram quando Bolsonaro e o Congresso Nacional reduziram-no à metade, e depois a quase nada.

Não temos dúvidas de que os sindicatos são uma ferramenta poderosa para os trabalhadores avançarem a luta de classes. Contudo, suas direções precisam colocar essa ferramenta a serviço da luta. No Rio de Janeiro, o Sepe se destaca não só por sua história, mas pelo tamanho e representatividade. Com certeza, o Sepe já foi uma referência de luta em

diversas oportunidades. Desgraçadamente, essa não é a situação atual. O Sepe apostou na passividade e na conciliação de classes. Fechou as portas do sindicato no começo de 2020 e não abriu mais. Se negou às ações presenciais, principalmente as assembleias, instrumento fundamental da democracia dos trabalhadores. Passaram aos métodos virtuais, estranhos à categoria e, diante da quebra parcial da passividade, manteve a orientação política da virtualidade.

Os trabalhadores da educação do Rio de Janeiro acumulam imensas perdas, o plano de carreira é limitado e o governo estadual está ávido para impor os planos de fome e desemprego do governo federal, principalmente a reforma administrativa para pôr fim aos serviços públicos. Assim, aproveitam a Pandemia para impor a recuperação fiscal sonhada pelo banqueiro golpista Meirelles e finalmente empurrado goela abaixo pelo acordo Guedes-Castro. O ponto de partida foi a entrega da Cedaec para a coroa canadense e BTG-Pactual, co-fundado pelo próprio Guedes. A chamada “greve sanitária”, que não passa de um boicote individual ao retorno presencial, foi completamente incapaz de responder aos problemas da categoria. Nesse momento, a direção do Sepe se encontra diante da contradição de não saber como encerrar uma greve que não existiu de fato.

No município do Rio, o governo Paes, eleito com o apoio de parte da esquerda, impôs a reforma da previdência e a implantação da previdência complementar, sem uma forte resistência dos sindicatos, incluindo o Sepe.

Dominada hoje por uma diretoria que não só apoiou o atual prefeito, como não deixa de dar mostras de falta de disposição para qualquer enfrentamento, amarrados que estão às alianças e compromissos de seus partidos com o próximo arranjo eleitoral. São a todo momento surpreendidos pelos seus próprios mentores, como Freixo que partiu de vez para um partido burguês em busca da tão sonhada Frente Ampla.

Diante da contradição política de apoiar as manifestações verbalmente, mas não organizar a categoria para a luta, é tarefa dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro trabalhar para que o 19J incorpore as reivindicações dos professores e funcionários de escola, trabalhar para mudar a orientação política da direção do Sepe, defender o fim da passividade e da colaboração de classes.

Combater o governo militarizado dos milicianos com o programa de reivindicações dos trabalhadores! Pela independência organizativa e política dos sindicatos frente ao Estado e aos patrões! Pelas assembleias presenciais no Sepe!

Situação da Educação em São Paulo

Em São Paulo, os ataques avançam a passos largos. Os governantes aproveitam a Pandemia e a passividade para implementar diversos projetos, em especial a contrarreforma do Ensino Médio. Vale lembrar que Rossieli Soares, atual Secretário da Educação do Estado, foi ministro do governo Temer, quando homologou a BNCC do Ensino Médio. Além de ampliar o ensino virtual, o governo expande as escolas de tempo integral e substitui os cursos regulares pelo Novo Ensino Médio, EJATec e NovoTec, programas pretensamente inovadores e profissionalizantes, com baixa qualificação, que ampliam a exclusão e atacam a carreira docente.

Trata-se de um conjunto de ataques que, na prática, criam divisões, fecham salas e turnos, amplia a evasão e o desemprego, visto, por exemplo, que as escolas de tempo integral inviabilizam o acúmulo de cargos, forçando exonerações; acabam com o turno noturno; e obrigam milhares de estudantes e professores a mudarem de escola.

Em algumas cidades, o retorno presencial é uma realidade, embora não seja obrigatório. Contudo, como as atividades remotas são obrigatórias, o professor que está

dando aula de forma presencial, se vê obrigado a acumular o trabalho presencial com o ensino à distância, seja com aulas online (ensino híbrido), seja postando tarefas regularmente. Apesar da sobrecarga, o salário, como é de se esperar, continua o mesmo.

Recentemente, em 11 de junho, começou o período de vacinação de todos os professores, a partir dos 18 anos, o que é visto pelos reformistas como uma vitória da “greve sanitária”, ocultando tanto o fracasso do boicote individual que, na rede estadual, ocorreu rapidamente, quanto a intenção do governo de generalizar o retorno presencial em breve.

Apresentamos esse breve balanço da situação na educação de SP, como forma de mostrar as semelhanças com os problemas da categoria no RJ. Cabe aos lutadores extrair as lições das imposturas das direções, com sua inércia, batalhando com os métodos e a estratégia próprias dos explorados, o que exige a luta pelas assembleias e mobilizações presenciais, para reunir a força social necessária para colocar a burguesia e seus governos na defensiva.

Morte de negros pela polícia é expressão da barbárie capitalista

Nem bem a revolta e indignação com o extermínio no Jacarezinho esfriou, e uma ação policial assassinou a jovem negra grávida Kathlen Romeu, 24 anos. Nesse mesmo período, a PM de SP assassinou Gibinha, um tatuador, negro, ao meio-dia, quando se dirigia ao trabalho. Nem bem a população conseguiu assimilar mais um assassinato de um negro ou negra pela polícia, outro caso aparece. Na última semana, ganhou projeção outro fuzilamento. Dois jovens negros, Vinícius e Felipe, 19 e 23 anos, foram alvejados mais de 30 vezes pela PM. O vídeo, que tem circulado nas redes sociais, mostra a brutalidade e barbárie da polícia.

As raízes da violência policial não podem mais ficar ocultas sob a indignação de cada caso particular, é preciso expor seus vínculos com o capitalismo para levantar um movimento de resistência coerente e poderoso, para além das palavras reformistas ou pacifistas de “reforma da polícia”, “desmilitarização”, “controle social das polícias” etc.

As polícias funcionam como braço armado da burguesia e dos governos, e as raízes de sua violência, bem como do preconceito racial, se encontram na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho assalariado, na manutenção do imenso exército de desempregados e subempregados e na miséria que é imposta aos moradores das favelas e das quebradas, ou seja, se encontram na divisão da sociedade em classes. Esse é o conteúdo de classe do problema, que os reformistas insistem em ocultar. Isso expõe a necessidade de unificar a luta contra a matança dos pretos e pretas com a luta pelas necessidades mais sentidas dos trabalhadores, empregados e desempregados, contra a fome e a miséria. É por esse caminho que será possível canalizar a revolta das massas para ações concretas contra o Estado e seus governos assassinos. É necessário defender o fim de todo aparato repressivo do Estado burguês e a criação de comitês de autodefesa nas favelas, periferias e bairros operários.